

EVOLUÇÃO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

EVOLUTION AND EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

**Iracema Oliveira Lima
Sandra Regina Arruda¹**

Resumo

O presente trabalho é uma reflexão acerca da educação superior no Brasil e suas relações com a sua expansão via financiamento público e mercantil. Por meio da revisão bibliográfica sobre a matéria, buscou-se discutir as dinâmicas público-privadas a partir da ditadura civil-militar para o desenvolvimento e expansão do ensino superior, de forma a evidenciar como os interesses privados foram, pouco a pouco, imiscuindo-se nas políticas do Governo Federal sobre esse tema, formando e consolidando um robusto mercado privado de ensino.

Palavras chave: Educação Superior. Políticas Públicas. Mercantilização.

Abstract

This work is a reflection on the higher education in Brazil, and its relations with its expansion through public and commercial financing. By means of a bibliographic review on the subject, the aim was to discuss the public-private dynamics used from the civil-military dictatorship for the development and expansion of higher education, in order to highlight how private interests were little by little meddling in the Federal Government's policies about this topic, forming and consolidating a robust private education market.

Keywords: Higher Education. Public Policies. Commercialization.

Introdução

A (re)estruturação da educação superior no Brasil tem sido tema recorrente de debates nos setores públicos e privados, especialmente a partir da intensificação da crise financeira no país após 2015. A comunidade de educadores, administradores educacionais, políticos e gestores públicos vêm clamando contraditoriamente por reformas que garantam ora a expansão da educação pública gratuita e universal, ora a privatização irrestrita do setor.

Essas duas correntes contrapostas são denominadas, na literatura, de *civil democrática*² e *produtivista*³. Nesse contexto, o desenvolvimento dos debates e das

políticas de educação superior no país localizam-se, na maior parte das vezes, em um contraponto entre esses dois polos em disputa.

A relevância do debate está no fato de a educação ser considerada estratégica para o desenvolvimento nacional, sendo necessários investimentos em políticas bem estruturadas, adequadas e que garantam que este papel seja cumprido. Os debates entre público e privado, sobretudo suas consequências para o exercício de direitos constitucionalmente reconhecidos, mostram-se muito atuais. Dessa forma, faz-se mister uma reflexão acerca da educação superior no Brasil e suas relações com a expansão mercantil, uma vez que o financiamento dessa expansão também ocorre com a instrumentalização do orçamento público, exigindo, assim, um debate sobre a priorização dos recursos existentes e sobre o modelo educacional que a sociedade brasileira necessita.

De acordo com os dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1945, o ensino superior público no Brasil era composto por cinco Universidades⁴, no sentido estrito, e 293 estabelecimentos isolados e esparsos pelo território – sendo a sua maioria escolas superiores técnicas ou orientadas para a formação jurídica ou médica.

Ao se analisar os dados apresentados na Tabela I, é possível perceber que o setor público é o principal responsável pela oferta de vagas no ensino superior na virada da década de 1960, embora já se registre um notável crescimento do setor privado na oferta nacional.

**Tabela 1: Evolução das Matrículas no Ensino Superior
(1940-1964)**

Ano	Total de Matrículas	% Crescimento	Matrículas Privadas	% Privadas sobre o Total
1940	27.671			
1950	48.999			
1954	64.645		26.905	41,6%
1955	72.652	12,4%	30.755	42,3%
1956	78.659	8,3%	38.362	48,8%
1957	79.505	1,1%	38.051	47,9%
1958	84.481	6,3%	37.570	44,5%
1959	87.603	3,7%	38.562	44,0%
1960	93.202	6,4%	41.287	44,3%
1961	98.892	6,1%	43.560	44,0%
1962	107.299	8,5%	43.275	40,3%
1963	124.214	15,8%	47.428	38,2%
1964	142.386	14,6%	54.721	38,4%

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com dados do INEP/MEC (Disponível em <<http://inep.gov.br/dados>>, acessado em 06 de novembro de 2019).

O aumento das matrículas, de forma geral, foi fruto das reformas *varguistas* na década anterior, como é possível constatar, entre os números de 1940 e 1964, um crescimento de 514%. A política de subsídio ao setor privado também floresceu no período populista da República, como observada a tendência a partir dos anos 1950, em que quase metade da oferta é advinda do mercado.

Nota-se que esse aumento das matrículas, sobretudo no setor privado, não significa uma consolidação das políticas educacionais no Estado brasileiro. Há um consenso de que o que realmente aconteceu foi um ajuste entre a demanda crescente das classes médias urbanas – consequência do processo de desenvolvimento urbano-industrial – em um modelo de ensino que estava processando a sua própria diversidade (SAMPAIO, 1991; CUNHA, 2007).

A tendência observada no período anterior, de *atrelamento* dos interesses dos setores industriais às políticas de educação, foi consolidada no período, sobretudo com a abertura do capital das instituições privadas ao estrangeiro (MACEBO, SILVA JÚNIOR, & SCHUGURENSKY, 2016). Nesse período, houve uma dinamização do processo universitário, caracterizado pela sobreposição de modelos pré-existentes – o da formação profissional da era Vargas e o da pesquisa científica – e uma forte diversidade da diferenciação institucional (SAMPAIO, 1991; VIEIRA & FARIAS, 2007; CUNHA, 2007; FLORES, 2017).

Contudo, com o esgotamento provocado pelo insucesso da redemocratização levada ao cabo nos anos 1950-1960, de caráter fortemente populista, o modelo híbrido da educação superior adotado começou a externalizar sinais de tensão entre concepções antagônicas.

A distensão tensionada da Educação superior nos anos de chumbo

A urbanização do País especialmente a partir da segunda metade do século XX, a industrialização do eixo Sul-Sudeste, as mudanças sobre a posição da mulher na sociedade e a elevação dos requisitos educacionais para ocupação de cargos e empregos disponíveis, dentre outros fatores, contribuíram para fazer avançar a procura pelo ensino superior (VIEIRA & NOGUEIRA, 2017).

Nesse contexto, o Estado comprometido com os interesses do capital optou pela ampliação das vagas via setor privado por meio de financiamentos e subsídios, elevando a participação de instituições do mercado na oferta de vagas e produção científica por meio da aprovação da Lei nº 4.024/1961, além da Lei nº 5.540/1968, que revoga o Capítulo de Diretrizes e Bases de 1961, consolidando medidas da Reforma Universitária (FÁVERO, 2006; PEREIRA & KERN, 2017). A partir desse marco, as instituições de ensino público não conseguem atender à demanda e inicia-se uma sequência de modificações legislativas que abrem espaços para a educação privada. Além disso, a Emenda Constitucional nº 69/1961, no seu art. 176 e em seus incisos e parágrafos, regula o ensino particular no Brasil, sendo que, pela primeira vez, uma Constituição da República abre espaço para o ensino privado (BRASIL, 1969; BRASIL, 1961; BRASIL, 1968).

Em 1964, assiste-se à imposição do autoritarismo via golpe civil-militar que perdurou até meados da década de 1980. Assim, a Reforma deu-se sob os auspícios de um governo autocrático e centralizador, que manteve a universidade sob intensa suspeita e vigilância policial (SAMPAIO, 1991). O confronto estudantil, alaistrado pela América Latina na década de 1960⁵, acabou resultando em um forte contramovimento de repressão política, que originou, no caso brasileiro, uma sensível redefinição do papel universitário (VIEIRA & FARIAS, 2007; STARLING & SCHWARCZ, 2015).

Neste período, foi registrada a ampliação da demanda por vagas, em parte decorrente pelo pseudocrescimento impulsionado pelo “Milagre Econômico⁶”. Para isso, o Governo Federal optou pela conjugação de dois modelos: a) reestruturação da Universidade pública para o atendimento da demanda industrial por mão de obra especializada; e b) estímulo à expansão do setor privado via financiamento público e subsídios (SGUISSARDI, 2008).

Como pode ser observado na Tabela II, o processo de expansão da universidade brasileira, registrado durante o período Militar e embalado pelos interesses decorrentes sobretudo do setor privado, passou a ser um concorrente de peso nos Planos Orçamentários do período, uma vez que se tornava destinatário de subsídios, incentivos fiscais, política creditícia, dentre outros instrumentos de incentivo, o que gerou a demanda de políticas muito específicas.

Tabela 2: Evolução das Matrículas no Ensino Superior (1965-1980) (continua)

Ano	Total de Matrículas	% Crescimento	Matrículas Privadas	% Privadas sobre o Total
1965	155.781		68.194	43,8%
1966	180.109	16%	81.667	45,3%
1967	212.882	18%	91.608	43,0%
1968	278.295	31%	124.496	44,7%
1969	342.886	23%	157.826	46,0%

Tabela 2: Evolução das Matrículas no Ensino Superior (1965-1980) (conclusão)

1970	425.478	24%	214.865	50,5%
1971	561.397	32%	309.134	55,1%
1972	688.382	23%	409.971	59,6%
1973	772.800	12%	472.721	61,2%
1974	937.593	21%	596.565	63,6%
1975	1.072.548	14%	662.323	61,8%
1976	1.044.472	-3%	648.862	62,1%
1977	1.137.070	9%	708.554	62,3%
1978	1.267.559	11%	779.592	61,5%
1979	1.298.331	2%	808.253	62,3%
1980	1.345.000	4%	852.012	63,3%

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com dados do INEP/MEC (Disponível em <<http://inep.gov.br/dados>>, acessado em 06 de novembro de 2019).

É possível observar que a expansão mercantil alcançou o patamar de crescimento de 1.249%, sendo responsável, em 1980, por 63,3% de todas as ofertas. Tais dados ratificam a indisposição do Estado em investir na organização e expansão das instituições públicas, que poderiam atender, por exemplo, às camadas populares historicamente excluídas deste nível de formação. As instituições universitárias públicas à época estavam predominantemente localizadas no eixo sul e sudeste do país, em detrimento das demais regiões brasileiras. Quanto às instituições particulares, embora atuando com ênfase no eixo sul e sudeste, também tinham como interesse e característica a interiorização deste nível de formação nas demais regiões do país.

Segundo Singer (1995), e Macebo, Silva Júnior e Schugurenky (2016), a aplicação quase que irrestrita da doutrina liberal na condução da Reforma de 1968, e seus desdobramentos nas duas décadas seguintes propiciou a organização de estabelecimentos universitários que obedecem às leis de mercado, e não aos interesses estratégicos da sociedade. Criou-se, assim, um sistema de ensino totalmente empresarial, no qual a qualidade da formação oferecida é secundária e a

pesquisa científica praticamente inexistente (SAMPAIO, 1991; FÁVERO, 2006; VIEIRA & FARIAS, 2007). Para Sampaio (1991), inclusive:

Essa forma de atendimento da demanda, que afeta tanto o sistema público como o privado, reforça componentes extremamente conservadores na medida em que associa a formação universitária ao acesso a profissões regulamentadas e se apoia na tentativa de preservar ou conseguir posições de privilégio. (SAMPAIO, 1991, p. 19).

Por fim, é necessário destacar que o crescimento acelerado do setor privado e da conseqüente substituição de valores acadêmicos próprios do ensino público e universal devem ser considerados à luz do período histórico, sobretudo da estrutural expansão da classe média urbana. O sistema que se desenvolveu a partir da Reforma de 1968 é um sistema de ensino que possuía como horizonte a expansão mercantil do setor que, como qualquer outro, tende inexoravelmente para diversificação de formação e função.

Reabertura política: a educação superior subsumida à lógica do mercado

A reabertura política, com o fim da ditadura militar na década de 1980, reacende o debate político encarcerado nas duas décadas anteriores. A instalação da Comissão Constituinte que elaborou a Constituição Federal (doravante CF), promulgada em 1988, retomou parte dos debates que havia sido silenciados na ditadura. A sociedade civil, organizada em partidos, movimentos e coletivos políticos, buscou ampliar sua participação no cenário político e construir uma retórica a fim de assegurar o protagonismo das mudanças necessárias.

A nova carta Constitucional dividia a euforia política com o cenário de crise financeira que atingia quase todos os países da América do Sul, culminando com uma severa crise inflacionária. Assegura-se que o capital dava amostras da necessidade de sua reestruturação. As políticas sociais do Estado, conquistadas e expressas na CF, sofreram ataques virulentos da chamada Agenda Neoliberal⁷ (CARVALHO, 2006), especialmente a partir dos anos 1990.

Os relatórios de reforma produzidos pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)⁸, em decorrência da assinatura do resgate econômico

dos anos 1990, influenciaram fortemente a reestruturação da educação superior brasileira, sobretudo no que se refere à flexibilização e à privatização do sistema (SINGER, 1995; VIEIRA & FARIAS, 2007; VIEIRA & NOGUEIRA, 2017).

Para além, a grande reforma do Estado brasileiro, iniciada em 1994, adotou como parâmetro organizativo o gerencialismo a fim de dar sustentação e funcionalidade administrativos ao novo ordenamento, sobretudo com a adoção dos princípios neoliberais sobre o papel do Estado na condução da sociedade (CARVALHO, 2006). Assim, novos paradigmas foram introduzidos no circuito da arena política para a Administração Pública Federal, tornando recorrentes discussões acerca de avaliação contínua, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização – ou, em alguns casos, subcontratação dos serviços e a intensificação das parcerias público/privado e as Organizações Sociais (OS).

No âmbito desse conjunto mais amplo de reformas foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁹ (LDB) em 1996, em que a educação básica foi eleita prioridade do Governo Federal, em conformidade com as ideias propaladas no bojo do Consenso de Washington, sobretudo os preceitos neoliberais e pró-mercantis, ecoadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, esvaziando a presença estatal da esfera superior ao tempo que instituíam possibilidades legais para o crescimento do setor privado. Em consequência, o Estado progressivamente passa a desresponsabilizar-se do financiamento da educação, e assume para si, especialmente a partir da década de 1990, uma postura de Estado Avaliador¹⁰, responsável apenas pela coordenação da política nacional de educação. O setor público sofre com o contingenciamento de recursos, o sucateamento das suas estruturas físicas, a ausência de realização de concursos públicos e a retirada de direitos trabalhistas dos seus servidores.

A consequência imediata foi a diminuição do peso do setor público na oferta de vagas em decorrência da diminuição do financiamento estatal. A situação tornou-se ainda mais crítica por conta do estímulo oficial à privatização do sistema por meio da disseminação de parcerias com fundações de ensino privada, com o objetivo de ofertar cursos de extensão pagos (CARVALHO, 2006; VIEIRA & NOGUEIRA, 2017; FLORES, 2017).

Nesse sentido, houve, pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro, o reconhecimento da possibilidade de lucro para as instituições privadas de ensino. A medida foi complementada com a instituição de diversos mecanismos que facilitavam ou, em alguns casos, até mesmo favoreciam a participação de capital financeiro externo através de operação na Bolsa de Valores. As medidas combinadas ampliaram a participação no mercado brasileiro dos grandes conglomerados educativos transnacionais (MACEBO, SILVA JÚNIOR, & SCHUGURENSKY, 2016).

Como apontam Vieira e Nogueira (2017), e Pereira e Kern (2017), houve a introdução de uma flexibilização massiva dos tipos de instituição e de cursos. Foi dada autorização para que instituições privadas pudessem variar o leque de opções disponíveis e adaptá-las de acordo com os interesses individuais do aluno. Dessa forma, poderiam ser oferecidos cursos sequenciais de duração e conteúdo variados, que seriam equiparados ao diploma superior.

Como é possível observar na Tabela III, em uma conjuntura nacional de aumento progressivo da demanda por ensino superior, de criação de novas formas de ensino que se adapta ao aluno, de redução orçamentária expressiva das instituições públicas e de financiamento via política tributária às instituições privadas, o mercado – que a partir de agora está *mundializado* – encontra espaço privilegiado para se expandir.

**Tabela 3: Evolução das Matrículas no Ensino Superior
Década de 1990 (continua)**

Ano	Total de Matrículas	% Crescimento	Matrículas Privadas	%
				Privadas sobre o Total
1990	1.554.080		961.455	62%
1991	1.565.056	0,7%	959.320	61%
1992	1.535.788	-1,9%	906.126	59%

Tabela 3: Evolução das Matrículas no Ensino Superior
Década de 1990 (conclusão)

1993	1.594.668	3,8%	941.152	59%
1994	1.661.034	4,2%	970.584	58%
1995			1.059.16	
	1.759.703	5,9%	3	60%
1996			1.133.10	
	1.868.529	6,2%	2	61%
1997			1.186.43	
	1.947.504	4,2%	3	61%
1998			1.321.22	
	2.125.958	9,2%	9	62%
1999			1.544.62	
	2.377.715	11,8%	2	65%

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com dados do INEP/MEC (Disponível em <<http://inep.gov.br/dados>>, acessado em 06 de novembro de 2019).

Ao final da década de 1990, o setor privado já era responsável por 65% da oferta. O ritmo de crescimento também é ligeiramente diferente, enquanto o setor público cresceu 41% no período, o setor privado cresceu 62%. Por fim, pode-se dizer que o ritmo menos acelerado de crescimento, em relação a décadas anteriores, deveu-se a forte recessão da economia brasileira e a crise fiscal subsequente que perduraram por todo o período (SGUISSARDI, 2008).

A consolidação da expansão mercantil na educação superior

No Governo Lula da Silva (2002-2009), não se alterou o entendimento fixado de que educação, sobretudo a superior, é um serviço não exclusivo do Estado (PEREIRA & KERN, 2017). Embora sua plataforma política apresentasse apelos a manutenção dos serviços públicos, não é possível identificar qualquer rompimento com o modelo de alinhamento aos ditames neoliberais.

As contradições eram expressas na tentativa de aliar a nova política de redistribuição de renda com a ampliação da rede pública de forma contida, ao tempo em que também viabilizava o ordenamento jurídico necessário para a expansão mercantil. Primeiro, no campo social, houve o estabelecimento de cotas raciais e sociais no preenchimento de vagas na rede federal de ensino superior, que aumentou progressivamente até atingir a marca de 50% (CORBUCCI, KUBOTA, & MEIRA, 2016). Já no campo econômico, houve a instituição do FIES, uma política clara de desvio de recurso público para incentivo do setor privado/mercantil.

Outra contradição foi a criação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹¹. O programa consiste em um plano econômico para a construção de novas universidades e novos *campi*, na ampliação da lista de cursos oferecidos, assim como na oferta de cursos noturnos e, por fim, na expansão de centros universitários para as áreas rurais do País. Vieira e Nogueira (2017) mostram que o REUNI atingiu sucesso em várias das metas: foram criadas 18 novas universidades federais, e 173 *campi* que contribuíram de maneira inegável para a interiorização da educação superior no Brasil, uma vez que a quantidade de municípios atendidos pela rede passou de 114 para 275, crescimento de 241%. Esses dados, no entanto, invisibilizam a ausência de recursos para esta ampliação, agravada ao fato de maior precarização dos trabalhadores da educação. Em conformidade com o receituário adotado na década anterior, o movimento de privatização e mercantilização da educação foi se consolidando e se naturalizando, fortemente balizado pela óptica neoliberal do FMI e do Banco Mundial (SGUISSARDI, 2008).

Há, nesse sentido, dois programas-chave de incentivo ao setor privado. O Programa Universidade para Todos (Prouni), de matiz social e que consiste na distribuição de bolsas para que estudantes de baixos rendimentos frequentem cursos superiores em instituições privadas. Já como política estruturante, há o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que se caracteriza como o mais importante fundo de incentivo ao desenvolvimento e expansão do capital privado.

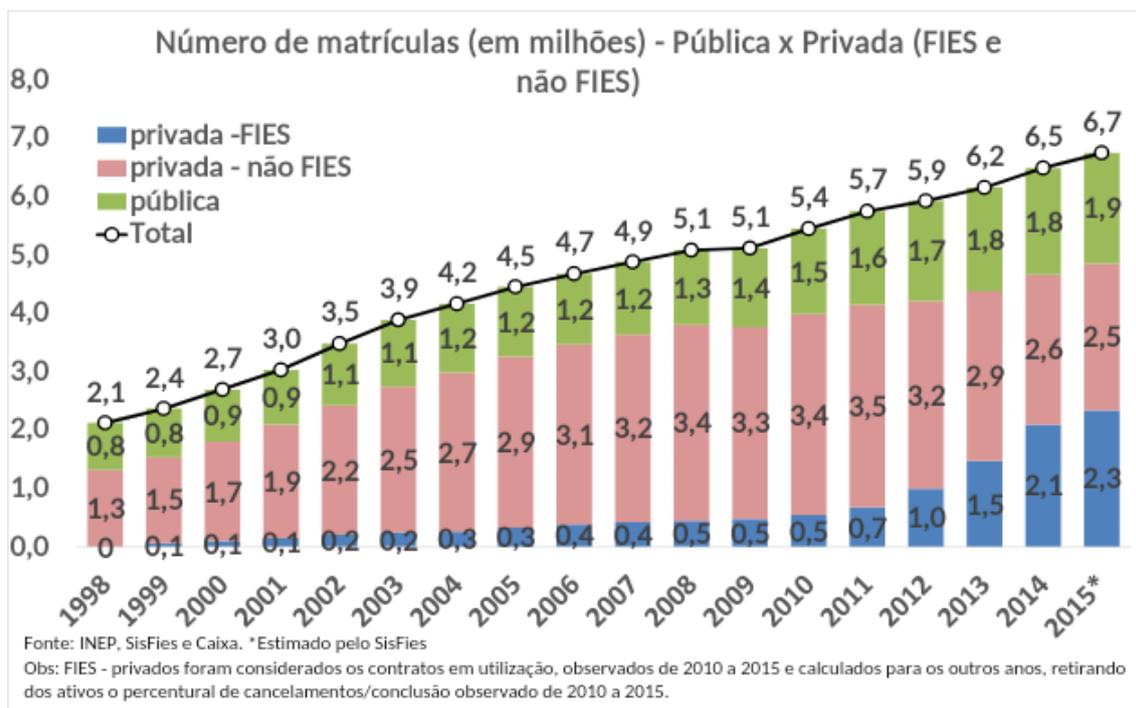
Como pode ser observado no Gráfico I, o peso do setor privado no número total de instituições consolidou-se no período.

GRÁFICO 1



Fontes: Elaborado pelas autoras a partir de dados do SISFies e INEP (Disponíveis em < <http://sisfies.mec.gov.br/>>, acessado em 07 de novembro de 2019; e < <http://inep.gov.br/dados>>, acessado em 07 de novembro de 2019).

A partir de 2004, iniciou-se um redirecionamento na política de acesso ao ensino superior, reduzindo a priorização da expansão por meio das instituições privadas de ensino, com estas expandindo-se em menor velocidade. No período 2004-2009, o número total de matrículas nas IES privadas (FIES e não FIES) aumentou 26%, correspondendo a um incremento de aproximadamente 800 mil matrículas, das quais 215 mil se deram no âmbito do FIES (Gráfico II).

GRÁFICO 2

Fontes: Elaborado pelas autoras a partir de dados do SISFies (Disponíveis em <<http://sisfies.mec.gov.br/>>, acessado em 07 de novembro de 2019).

A partir de 2009, foram observados dois movimentos na política educacional brasileira: i) ampliação da rede pública, de 245 IES, em 2009, para 298 em 2014 (elevação de 22%), com consequente aumento do número de matrículas de 1,4 para 1,8 milhão (ampliação de 35%); e ii) ampliação do Programa FIES, passando de aproximadamente 500 mil contratos em utilização (estoque) em 2009 para mais de 2,3 milhões em 2015, um acréscimo médio de 310 mil matrículas por ano.

Deste modo, as matrículas pelo FIES passaram de aproximadamente 13% do total das matrículas na rede privada em 2009, para 48%, em 2015. Esse aumento registrado a partir de 2010 é explicado pelas mudanças ocorridas no FIES. Vale ressaltar que o FIES não tem sido eficaz no cumprimento da meta do Plano Nacional da Educação (PNE) que tem a finalidade, entre outros objetivos, de elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, sendo que pelo menos 40% das novas matrículas devem ocorrer nas IES públicas.

Tabela 4: Número de estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais (2009-2014)

Ano	Pública		Privada			Pública + Privada		Finan. Concedidos pelo FIES
	Total	Var. % acum.	Total	% Mercado	Var. % acum.	Total	Var. % acum.	
2009	1.351.168	-	3.764.728	73,6 %	-	5.115.896	-	32.654
2010	1.461.696	8,18%	3.987.424	73,2 %	5,92%	5.449.120	6,51%	76.039
2011	1.595.391	18,07%	4.151.371	72,2 %	10,27%	5.746.762	12,33%	154.367
2012	1.715.752	26,98%	4.208.086	71,0 %	11,78%	5.923.838	15,79%	377.895
2013	1.777.974	31,59%	4.374.431	71,1 %	16,20%	6.152.405	20,26%	559.879
2014	1.821.629	34,82%	4.664.452	71,9 %	23,90%	6.486.081	26,78%	732.593
TOTAL	-	-	-	899.7 24	-	-	-	1.933.5 93

Fonte: INEP/MEC (elaboração: Sinopse Estatística da Educação Superior, disponível em << <http://sisfies.mec.gov.br/>>>, acessado em 07 de novembro de 2019).

Ou seja, enquanto 900 mil novas matrículas foram realizadas na rede privada entre 2009 e 2014, o FIES concedeu, no mesmo período, mais de 1,9 milhão de financiamentos de recurso público para instituições particulares. Assim, boa parte dos contratos do FIES foram celebrados com estudantes que já cursavam, ou já cursariam, o ensino superior, com condições financeiras para arcar com as

mensalidades do curso. Desse modo, a forte elevação de financiamentos do FIES contribuiu pouco para o aumento da taxa de novas matrículas na rede privada

Dessa maneira, o Programa converteu-se em um dos principais eixos incentivadores do capital privado, provocando indiretamente graves alterações no mercado educacional, que impactam a vida do cidadão de maneira muito sensível. Até o ano de 2014, mais de 70% da oferta de vagas na educação superior era de responsabilidade privada, o que demonstra o caráter privatista do sistema de ensino superior intensificado especialmente a partir da década de 1990.

Considerações finais

A expansão e consolidação da educação superior no Brasil foi um processo contínuo, ora lento, ora acelerado, ligados intrinsecamente aos diferentes processos históricos ao longo século XX, e início do século XXI. Como mostra Singer (1995), sempre houve uma relação sensível entre os setores público e privado, que no início assumiam matizes de complementaridade, e que, a partir da década de 1970, assumiram gradualmente uma roupagem neoliberal calcado na lógica *privatista*.

Dessa maneira, pode-se afirmar, pela tendência governamental inaugurada com a Reforma de 1968 e impulsionada pela Reforma de Estado dos anos 1990, que o modelo de expansão universitária é pautado pela sobreposição dos interesses privados/mercantis que fogem da regulação estatal e comprometem a qualidade universitária (SGUISSARDI, 2008) à revelia do prescrito na Constituição Federal, que estabelece a educação enquanto dever do Estado e direito do cidadão.

Há que se considerar, inclusive, que as transformações do mercado sob a égide do capitalismo contemporâneo, financeiro e mundializado em sua essência, como mostra Piketty (2014), provocaram um fluxo contínuo de capitais especulativos que reestruturou o mercado brasileiro (MACEBO, SILVA JÚNIOR, & SCHUGURENSKY, 2016). A Crise Fiscal dos anos 1980-1990 foi uma virada histórica estrutural no Estado brasileiro, uma vez que houve a abertura aos capitais financeiros nacional e internacional para vários serviços antes considerados exclusivos do Estado.

A adoção da agenda neoliberal e a conseqüente readequação de várias questões nacionais tiveram impactos profundos na educação superior: flexibilização e

privatização tornam-se palavras de ordem. A educação, a pesquisa e o ensino passam a ser percebidos como um bem comercializável e um grande fluxo de investimento via Plano Orçamentário passa a financiar a expansão da rede privada em detrimento dos espaços públicos.

Referências

BRASIL. (20 de dezembro de 1961). Lei nº 4.024. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Diário Oficial da União.

BRASIL. (28 de novembro de 1968). Lei nº 5.540. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Diário Oficial da União.

BRASIL. (17 de outubro de 1969). Emenda Constitucional nº 69. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Diário Oficial da União.

BRASIL. (20 de dezembro de 1996). Lei 9394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006)**: ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. *XXIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação* (pp. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)). Caxambu/MG: ANPED, 2006.

CORBUCCI, Paulo Roberto, KUBOTA, Luís Claudio, MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Evolução da Educação Superior privada no Brasil**: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. *In: IPEA, Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase de mercantilização do ensino* (pp. 8-12). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

CUNHA, Luís Antonio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista (3 ed.). São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, 28, pp. 17-36, 2006.

FLORES, Sharon. Rigazzo. **A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia à República**. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(2), pp. 401-416, 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP/MEC (Disponível em <<http://inep.gov.br/dados>>, acessado em 06 de novembro de 2019).

MACEBO, Deise, SILVA JÚNIOR, João dos Reis, SCHUGURENSKY, Daniel. **A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital.** *Educação em Revista*, 32(4), pp. 205-225, 2016.

PEREIRA, Larissa Ramalho, KERN, Francisco Arseli. **A educação superior no Brasil na perspectiva do direito social: cenários que levam ao Prouni.** *Revista Quadrimestral de Educação*, 40(1), pp. 10-19, 2017.

PIKETTY, Tomas. **O Capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

SAMPAIO, Helena. **A Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990.** *Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior – USP*, 1991.

SGUISSARDI, Valdemar.. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para regulação e a formação universitária.** *Educação & Sociedade*, 29(105), pp. 991-1022, 2008.

SINGER, Paul. **Poder, política e educação.** *Conferência de Abertura da XVIII Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduações e Pesquisa em Educação* (pp. 5-15). Caxambu: Revista Brasileira de Educação, 1995.

Sistema de Financiamento ao Estudante - SISFies (Disponíveis em < <http://sisfies.mec.gov.br/>>, acessado em 07 de novembro de 2019).

STARLING, Heloísa Murgel, SCHWARCZ, Lilia Moritz.. **Brasil: uma biografia.** Rio de Janeiro: Companhia Das Letras, 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche, FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** São Paulo: Liber Livro, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche., & NOGUEIRA, Jaana Flavia Fernandes. **Reformas da educação superior no Brasil: tempo(s) e movimento(s).** *Revista Lusófona de Educação*, 35, pp. 13-28, 2017.

¹ **Iracema Oliveira Lima** Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos; Professora do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; iracema.lima@uesb.edu.br. **Sandra Regina Arruda** Professora da Faculdade Santo Agostinho- FASA – Unidade de Vitória da Conquista- Bahia; Aluna especial do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; sandra.arruda.jus@hotmail.com

² Uma vez que ela encara a educação como um processo de educação cidadã como patrimônio do povo.

³ A qual concebe a educação como preparação para o ingresso na divisão social do trabalho, devendo ser relegada ao mercado privado, por conseguinte (SINGER, 1995).

⁴ Universidade do Brasil; Universidade de Porto Alegre; Universidade de São Paulo; Universidade de Minas Gerais – todas públicas e, por fim, a Universidade Católica do Rio de Janeiro, de carácter confessional.

⁵ Brasil, 1964 e 1969; Argentina em 1966; Chile em 1973 e a tragédia mexicana em 1968.

⁶ Período que compreende de 1968-1974 que se caracteriza por um elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), rápida industrialização de setores específicos – sobretudo metalurgia e

petroquímica – e baixos níveis inflacionários sem, no entanto, impactar sobre a qualidade de vida da população especialmente a população mais empobrecida.

⁷ Implementada ao longo dos Governos dos anos 1990, consistia nos acordos de resgate financeiro realizados pelo Fundo Monetário Internacional e que previam uma série de reformas estruturais da economia e do Estado brasileiro.

⁸ Os relatórios de 1992 e 1993 enfatizam a necessidade de diversificação curricular e institucional dos estabelecimentos de ensino, assim como a flexibilização curricular, o que atendia às necessidades do sector privado. O objectivo era possibilitar o oferecimento de cursos de curta duração ou à distância, de maneira a substituir o modelo de universidade que associa ensino e pesquisa.

⁹ Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

¹⁰ Novo paradigma do Estado brasileiro introduzido pelas grandes Reformas de Estado posta em marcha pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) e que culminaram na transição de uma perspectiva burocrática para uma perspectiva *gerencial* dentro do Estado, tendo como consequência a reorientação estratégica das políticas públicas federais e nos Planos Orçamentários do período.

¹¹ Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007.